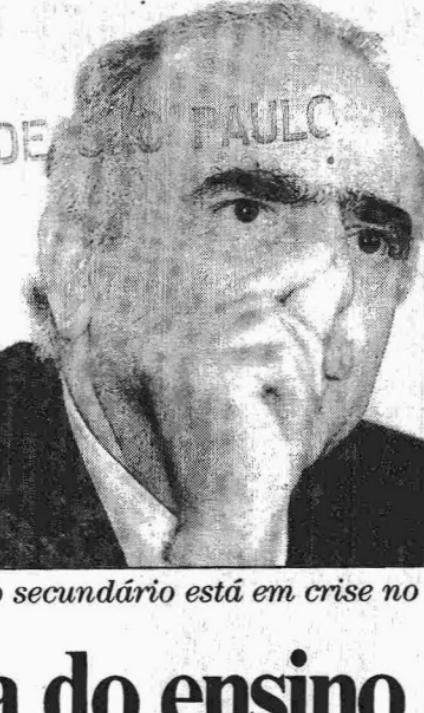


ESTADO DE SÃO PAULO



Paulo Renato: "Ensino secundário está em crise no mundo todo"

Reforma do ensino dará prioridade ao 2º grau

Proposta do MEC cria flexibilidade no currículo e modifica ensino técnico

LEONARDO TREVISAN

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, escolheu uma área esquecida do ensino — o 2º grau — para iniciar as mudanças que pretende realizar em 1996, o "ano da educação". E bastou a notícia das intenções do governo para que as apreensões surgessem. O ministro assegura que o principal objetivo do Ministério da Educação (MEC) com a reforma anunciada é "separar o chamado ensino médio do ensino profissionalizante". O motivo da pretensão está no que ele chama de velocidade das mudanças tecnológicas, que passou a exigir uma formação muito diferente da praticada no passado. "Sem contar a evidência de que o 2º grau está em crise no mundo todo", diz.

A nova ênfase no ensino médio será a flexibilidade, termo que passa a comandar todas as intenções da reforma. Paulo

Renato argumenta que o novo perfil do mundo do trabalho não admite mais mão-de-obra sem secundário ou, em outras palavras, menos de 11 anos de escolaridade. Na visão do ministro, um técnico só será competente no desempenho de sua função a partir dessa trajetória escolar.

"Flexibilidade" — A formação profissional passa a ser complementar ao ensino médio. Somente depois do final do 2º grau o estudante inicia o ciclo profissionalizante. "Apenas com uma preparação básica a mão-de-obra estará equipada para um retreinamento constante", diz o ministro. "A demanda do mercado de trabalho exige isso."

A flexibilidade deve comandar também a reforma curricular do ensino médio tradicional. A partir dela, o aluno faz o primeiro ano do 2º grau como um ciclo básico e nos quatro últimos semestres tem liberdade para compor sua carga horária escolhendo uma das cinco áreas de concentração disponíveis. "O estudante pode cursar o primeiro semestre do segundo ano em uma área e o segundo semestre em outra", diz Paulo Renato. Haverá um tronco curricular comum unindo essas áreas. O ministro lembra que essas opções já existem nas melhores escolas particulares de 2º grau e quer apenas estendê-las à rede pública.

O aluno do 3º colegial que desejar

um diploma técnico poderá fazer junto com a última série as primeiras fases do ensino profissionalizante. Mas as escolas de 2º grau só poderão oferecer formação técnica nas áreas de comércio e serviços, nunca indústria ou agricultura. De acordo com o ministro, o ensino industrial exige equipamento que um colégio comum não tem. "Giz com graxa é mistura difícil, mas giz e computador misturam bem", compara.

As mudanças no ensino técnico estão no projeto de lei que o governo envia ao Congresso em março, atingindo especialmente a rede de 30 escolas técnicas federais. Segundo a proposta, cada uma delas será um centro de referência para uma expansão do ensino profissionalizante. O suporte pedagógico será dado pela escola técnica federal da área, mas a responsabilidade será da comunidade. "E isso não quer dizer contratação de professores pelo governo", afirma Paulo Renato.

Avaliação — Entre as grandes mudanças prometidas para o "ano da Educação" o ministro pretende privilegiar a avaliação. Testes de assi-

milação curricular foram aplicados no País todo a alunos de 1º e 2º graus em 1995. O ministério quer agora criar o Instituto Nacional de Avaliação, para preparar as mudanças no vestibular. Paulo Renato não abre mão de iniciar o exame final de 2º grau voluntário ainda este ano, para ser utilizado como um dos critérios de ingresso no ensino

superior. As universidades que já aderiram preencherão 30% de suas vagas baseadas nesse exame.

Para o ministro, porém, todas as mudanças exigem a qualificação do professor, tanto pelo projeto da TV Escola, como com a viabilização do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Para iniciar o processo o ministro garante que este ano 23 mil escolas com turmas de 5ª a 8ª séries do 1º grau e de 2º grau, com mais de 250 alunos, terão uma sala de informática com 10 computadores para uso de 20 alunos de cada vez. A licitação está sendo realizada e o custo está estimado entre R\$ 300 e R\$ 400 milhões.

Fraudes — Quanto aos recentes problemas relativos ao mau uso do salário-educação, cujas fraudes vêm sendo denunciadas, Paulo Renato lamenta que a Constituição determine a compra de vagas. Para ele, o dinheiro público destinado à educação deveria ser usado apenas no ensino público. "Mas teremos de caminhar muito para atingir esse ponto."

NOVO PERFIL
NÃO ADMITE
MÃO-DE-OBRA
SEM PELO
MENOS 11
ANOS DE
ESCOLARIDADE